

A ética vai mais além

Antonio Carlos Lopes

Há exatamente dois anos, o Conselho Federal de Medicina colocou em vigor o sexto Código de Ética Médica (CEM) do Brasil. Após 20 anos de vigência, a edição anterior passou por atualização completa. A nova agrega questões antes ausentes como a previsão de cuidados paliativos e o reforço à autonomia do paciente. Também foram revistas normas referentes à publicidade médica, ao conflito de interesses, à segunda opinião, à responsabilidade médica, ao uso do placebo e à interação dos profissionais com planos de financiamento, cartões de descontos ou consórcios.

Foi um trabalho longo, cansativo, porém, efetivo. Médicos de todo o país contribuíram com cerca de 3 mil sugestões. Houve envolvimento de conselheiros de Medicina, sindicatos e sociedades de especialidades, além de representantes entidades médicas. Chegou-se a um documento que garante autonomia e esclarecimento do paciente, além de se adequar às exigências do exercício da medicina brasileira moderna.

Um dos pontos relevantes



aparece já no preâmbulo do CEM. Determina que o médico (vale para todos) deve aceitar as escolhas de seus pacientes, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas. É a partir dessa regra que me permito discorrer sobre a ética médica, seja a da teoria ou a da prática.

Sabemos que o direito dos pacientes começa já pela escolha do médico. Deve ser algo sagrado, baseado preferencialmente em pesquisa sobre a formação, competência, postura ética, parecer de outros pacientes e por aí vai. Contudo, lamentavelmente, ouvimos no dia a dia em hospitais e univer-

sidades, casos absurdos de desrespeito. Dizem alguns que há médicos (inclusive importantes) espreitando pacientes de outros e, muitas vezes, criando dificuldades para internações, liberação de exames, etc... Mesmo se esta denúncia não for de fato confirmada, vale para reflexão. Já mais qualquer um pode usar a saúde do paciente como instrumento de manobra para atingir seus fins.

Mais concretas são as denúncias que envolvem as operadoras de planos de saúde. Segundo a mais recente pesquisa DataFolha/Associação Paulista de Medicina (dezembro de 2010), nove entre dez médicos que atendem na planos e seguros sofrem interferências no exercício profissional. São pressões para reduzir exames, antecipar internações, evitar procedimentos mais custosos, entre muitas outras.

Essa também é uma prática lamentável. Denota total falta de respeito a pacientes e aos médicos. Atenta contra a saúde a até contra a vida dos cidadãos que pagam mensalidades caríssimas na saúde suplementar, pensando que assim evitam o caos do sistema público. Nesse caso, em particular, existem queixas palpáveis e documentadas. Cabe ao Conselho, objetivamente, apurá-las e fiscalizar os médicos gestores das operadoras que agem mesmo dessa forma. (Antonio Carlos Lopes é presidente da Sociedade Brasileira de Clínica Médica)

Derrotas necessárias

Luiz Eugenio Scarpino Junior

O Poder Executivo Municipal vem sofrendo seguidas derrotas na Câmara de Vereadores de Ribeirão Preto. Diversos projetos de autoria da prefeitura vem sendo sistematicamente rejeitados nos últimos meses.

Existem duas explicações para entender tais reveses. Alguns projetos foram reprovados pela conjuntura política. O clima quente envolve vereadores da base aliada e a alcaldessa, em razão das redefinições das alianças nas eleições de outubro. O relacionamento outora harmônico, parece entrar contrar duros entraves. Promessas não cumpridas, demandas jogadas ao vento. Problemas de governabilidade!

A segunda explicação é mais lógica. O governo sofreu derrotas necessárias. Um Executivo pouco austero deixou a dívida pública chegar nos últimos anos em patamares preocupantes. Houve incremento de gastos com a folha de pagamento de funcionários. E havia a demanda para criar ainda mais cargos comissionados. Um governo que adota me-

das contraproducentes do ponto de vista fiscal, como as leis de anistia não podem querer elevar a multa de 2% para 20%. Esse jogo de morde e assopra, que um dia eleva a multa e noutra faz ela sumir, deixa a Administração com pouco crédito.

Outro ponto mencionado foi a tentativa de se criar dezenas de cargos de livre nomeação, que servem para acomodar indicações políticas. A sociedade não aceita o inchaço da máquina. A tendência é reversa — realizar um governo mais enxuto, com o máximo de servidores efetivos - que são nomeados por mérito mediante aprovação em concurso público. A Câmara de Ribeirão já havia dado seu recado. Reduziu em quase 25% os seus cargos de livre nomeação. E prevê ainda mais reduções para o próximo ano.

A sociedade clama por mudanças na forma de conduzir a Administração Pública. Os paradigmas modernos clamam por eficiência e economicidade. O recado foi dado. (Luiz Eugenio Scarpino Junior é advogado e professor na FAAP)